

CENTRAL SICOOB UNI DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO - SICOOB UNI
 CNPJ: 04.243.780/0001-51
 BALANÇO PATRIMONIAL
 Em Reais

Descrição	Notas	31/12/2021	31/12/2020
ATIVO		5.618.443.518,57	4.841.559.081,53
DISPONIBILIDADES	4	146.001,17	231.455,61
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		5.562.886.074,21	4.792.316.579,66
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4	2.718.641.730,08	4.230.645.837,45
Títulos e Valores Mobiliários	4	2.745.852.359,87	490.270.562,02
Operações de Crédito	5	98.391.984,26	71.400.180,19
(-) PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO		(843.919,84)	(21.581,89)
(-) Operações de Crédito		(843.919,84)	(21.581,89)
ATIVOS FISCAIS CORRENTES E DIFERIDOS	6	7.802,83	1.509,73
OUTROS ATIVOS	7	1.683.329,13	1.002.769,69
INVESTIMENTOS	8	35.078.908,85	27.951.912,47
IMOBILIZADO DE USO	9	22.735.509,66	22.358.765,86
INTANGÍVEL	10	1.448.034,49	1.370.105,49
(-) DEPRECIACIONES E AMORTIZACIONES		(4.698.221,93)	(3.652.435,09)
TOTAL DO ATIVO		5.618.443.518,57	4.841.559.081,53
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		5.618.443.518,57	4.841.559.081,53
DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS		5.381.606.052,15	4.663.699.066,37
Relações Interfinanceiras	11	5.381.264.788,03	4.663.592.597,07
Centralização Financeira - Cooperativas		5.381.264.788,03	4.663.592.597,07
Outros Passivos Financeiros	12	341.264,12	106.469,30
PROVISÕES	14	-	21.395,59
OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES E DIFERIDAS	15	737.660,86	599.281,10
OUTROS PASSIVOS	16	45.165.389,44	11.400.126,39
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		190.934.416,12	165.839.212,08
CAPITAL SOCIAL	17	160.629.452,30	140.255.740,39
RESERVAS DE SOBRAS		29.600.975,46	24.152.570,23
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES		(256.790,72)	-
SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS		960.779,08	1.430.901,46
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		5.618.443.518,57	4.841.559.081,53

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CENTRAL SICOOB UNI DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO - SICOOB UNI
CNPJ: 04.243.780/0001-51
DEMONSTRAÇÃO DAS SOBRAS OU PERDAS
Em Reais

Descrição	Notas	2º Sem. 2021	31/12/2021	31/12/2020
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		179.522.067,56	250.303.896,30	111.732.647,05
Operações de Crédito	19	1.475.459,33	2.108.250,62	1.394.888,03
Ingressos de Depósitos Intercooperativos		3.220.069,22	4.274.977,09	1.975.669,71
Resultado de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		96.113.986,17	146.548.530,88	96.929.066,22
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários		78.712.552,84	97.372.137,71	11.433.023,09
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	20	(175.709.518,32)	(244.743.006,54)	(107.957.844,47)
Dispêndios de Depósitos Intercooperativos		(174.870.882,58)	(243.920.668,59)	(108.320.237,96)
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		(838.635,74)	(822.337,95)	362.393,49
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		3.812.549,24	5.560.889,76	3.774.802,58
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS		2.981.812,94	6.945.292,97	4.285.400,78
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços		4.777,61	9.552,25	9.191,71
Dispêndios e Despesas de Pessoal	21	(9.465.582,50)	(17.625.056,70)	(15.172.873,19)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	22	(4.282.365,24)	(5.947.026,37)	(4.011.018,99)
Dispêndios e Despesas Tributárias		(117.059,92)	(192.771,66)	(140.520,24)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas		3.406.576,50	5.694.523,94	3.323.615,23
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	23	13.636.484,27	25.265.295,56	20.303.939,57
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	24	(201.017,78)	(259.224,05)	(26.933,31)
PROVISÕES	25	-	21.395,59	(14.263,73)
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas		-	21.395,59	(14.263,73)
RESULTADO OPERACIONAL		6.794.362,18	12.527.578,32	8.045.939,63
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS	26	247.252,77	524.906,17	517.609,72
Ganhos de Capital		5.463,94	5.463,94	4.355,75
Rendas de Aluguel		276.802,44	554.455,84	519.490,53
(-) Perdas de Capital		(35.013,61)	(35.013,61)	(6.236,56)
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		7.041.614,95	13.052.484,49	8.563.549,35
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(98.101,73)	(276.107,81)	(135.524,21)
Imposto de Renda Sobre Atos Não Cooperados		(51.834,30)	(158.588,10)	(77.952,63)
Contribuição Social Sobre Atos Não Cooperados		(46.267,43)	(117.519,71)	(57.571,58)
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL		6.943.513,22	12.776.376,68	8.428.025,14
JUROS AO CAPITAL		(6.595.601,64)	(6.595.601,64)	(3.658.353,60)
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES		347.911,58	6.180.775,04	4.769.671,54

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CENTRAL SICOOB UNI DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO - SICOOB UNI
CNPJ: 04.243.780/0001-51
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
Em Reais

Descrição	Notas	2 ° Sem. 2021	31/12/2021	31/12/2020
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		7.041.614,95	13.052.484,49	8.563.549,35
Distribuição de Sobras e Dividendos		-	-	(1.035.807,90)
Resultado de Equivalência Patrimonial		(3.406.576,50)	(5.694.523,94)	(3.323.615,23)
Provisões/Reversões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		838.635,74	822.337,95	(362.393,49)
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas		-	(21.395,59)	14.263,73
Atualização de Depósitos em Garantia		-	-	(13.221,40)
Depreciações e Amortizações		529.564,40	1.045.786,84	912.087,15
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES AJUSTADO		5.003.238,59	9.204.689,75	4.754.862,21
Aumento (redução) em ativos operacionais				
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		121.565.388,90	64.635.801,88	79.480.982,24
Operações de Crédito		(62.863.574,37)	(26.991.804,07)	(21.816.116,79)
Outros Ativos Financeiros		45.202,26	-	940.587,05
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos		(6.291,87)	(6.293,10)	(1.509,73)
Outros Ativos		482.716,09	(680.559,44)	1.870.420,81
Aumento (redução) em passivos operacionais				
Relações Interfinanceiras		(186.280.624,69)	717.672.190,96	1.641.335.468,27
Outros Passivos Financeiros		137.329,77	234.794,82	(528.944,49)
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas		104.142,20	138.379,76	7.736,82
Outros Passivos		17.444.436,13	27.169.661,41	(7.129.258,43)
FATES - Atos Cooperativos		(309.038,75)	(309.038,75)	(238.483,58)
FATES - Atos Não Cooperativos		(1.146.892,72)	(1.146.892,72)	-
Imposto de Renda		(51.834,30)	(158.588,10)	(77.952,63)
Contribuição Social		(46.267,43)	(117.519,71)	(57.571,58)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS		(105.922.070,19)	789.644.822,69	1.698.540.220,17
Atividades de Investimentos				
Distribuição de Dividendos		-	-	1.026.641,60
Distribuição de Sobras da Confederação		-	-	9.166,30
Aquisição de Intangível		(53.940,82)	(21.638,84)	159.500,99
Aquisição de Imobilizado de Uso		(340.638,74)	(433.033,96)	(2.408.569,51)
Aquisição de Investimentos		(1.688.687,48)	(1.689.263,16)	(1.005.061,48)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM INVESTIMENTOS		(2.083.267,04)	(2.143.935,96)	(2.218.322,10)
Atividades de Financiamentos				
Aumento por novos aportes de Capital		8.587.225,90	13.778.110,27	7.704.412,64
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido		6.595.601,64	6.595.601,64	3.621.690,49
Reversões de Fundos		253.439,28	253.439,28	-
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM FINANCIAMENTOS		15.436.266,82	20.627.151,19	11.326.103,13
AUMENTO / REDUÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(92.569.070,41)	808.128.037,92	1.707.648.001,20
Modificações Líquidas de Caixa e Equivalentes de Caixa				
Caixa e Equivalentes de Caixa No Início do Período		5.402.616.927,90	4.501.919.819,57	2.794.271.818,37
Caixa e Equivalentes de Caixa No Fim do Período		5.310.047.857,49	5.310.047.857,49	4.501.919.819,57
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		(92.569.070,41)	808.128.037,92	1.707.648.001,20

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CENTRAL SICOOB UNI DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO - SICOOB UNI
CNPJ: 04.243.780/0001-51
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
Em Reais

Descrição	Notas	2º Sem. 2021	31/12/2021	31/12/2020
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL		6.943.513,22	12.776.376,68	8.428.025,14
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES		249.488,34	(256.790,72)	-
Itens que podem ser reclassificados para o Resultado				
Ajuste de avaliação patrimonial - investimentos em coligadas e controladas		249.488,34	(256.790,72)	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE		7.193.001,56	12.519.585,96	8.428.025,14

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CENTRAL SICOOB UNI DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO - SICOOB UNI
CNPJ: 04.243.780/0001-51
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Em Reais

Descrição	Notas	Capital Subscrito	Capital a Realizar	Reserva Legal	Outras Reservas	Outros Resultados Abrangentes	Sobras ou Perdas Acumuladas	Totais
Saldos em 31/12/2019		129.694.242,21	(764.604,95)	2.329.341,49	17.615.843,34	-	1.107.098,9	149.981.920,99
Destinações das Sobras do Exercício Anterior:								
Constituição de Reservas		-	-	1.107.098,9	-	-	(1.107.098,90)	-
Movimentação de Capital:								
Por Subscrição/Realização		6.939.807,69	764.604,95	-	-	-	-	7.704.412,64
Sobras ou Perdas do Período							8.428.025,14	8.428.025,14
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:								
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio		-	-	-	-	-	(3.658.353,60)	(3.658.353,60)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido		3.621.690,49	-	-	-	-	-	3.621.690,49
Destinações das Sobras do Período:								
Fundo de Reserva		-	-	476.967,15	-	-	(476.967,15)	-
Outras Destinações das Sobras do Período		-	-	-	2.623.319,35	-	(2.623.319,35)	-
FATES - Atos Cooperativos		-	-	-	-	-	(238.483,58)	(238.483,58)
Saldos em 31/12/2020		140.255.740,39	-	3.913.407,54	20.239.162,69	-	1.430.901,46	165.839.212,08
Saldos em 31/12/2020		140.255.740,39	-	3.913.407,54	20.239.162,69	-	1.430.901,46	165.839.212,08
Destinações das Sobras do Exercício Anterior:								
Constituição de Reservas		-	-	1.430.901,46	-	-	(1.430.901,46)	-
Movimentação de Capital:								
Por Subscrição/Realização		13.778.110,27	-	-	-	-	-	13.778.110,27
Reversões de Fundos							253.439,28	253.439,28
Sobras ou Perdas do Período							12.776.376,68	12.776.376,68
Ajuste de Avaliação Patrimonial - Invest. em Coligadas e Controladas						(256.790,72)	-	(256.790,72)
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:								
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio		-	-	-	-	-	(6.595.601,64)	(6.595.601,64)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido		6.595.601,64	-	-	-	-	-	6.595.601,64
Destinações das Sobras do Período:								
Fundo de Reserva		-	-	618.077,5	-	-	(618.077,50)	-
Outras Destinações das Sobras do Período		-	-	-	3.399.426,27	-	(3.399.426,27)	-
FATES - Atos Cooperativos		-	-	-	-	-	(309.038,75)	(309.038,75)
FATES - Atos Não Cooperativos		-	-	-	-	-	(1.146.892,72)	(1.146.892,72)
Saldos em 31/12/2021		160.629.452,3	-	5.962.386,5	23.638.588,96	(256.790,72)	960.779,08	190.934.416,12
Saldos em 30/06/2021		145.446.624,76	-	5.344.309,	20.239.162,69	(506.279,06)	5.832.863,46	176.356.660,85
Movimentação de Capital:								
Por Subscrição/Realização		8.587.225,9	-	-	-	-	-	8.587.225,9
Reversões de Fundos							253.439,28	253.439,28
Sobras ou Perdas do Período							6.943.513,22	6.943.513,22
Ajuste de Avaliação Patrimonial - Invest. em Coligadas e Controladas						249.488,34	-	249.488,34
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:								
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio		-	-	-	-	-	(6.595.601,64)	(6.595.601,64)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido		6.595.601,64	-	-	-	-	-	6.595.601,64
Destinações das Sobras do Período:								
Fundo de Reserva		-	-	618.077,5	-	-	(618.077,50)	-
Outras Destinações das Sobras do Período		-	-	-	3.399.426,27	-	(3.399.426,27)	-
FATES - Atos Cooperativos		-	-	-	-	-	(309.038,75)	(309.038,75)
FATES - Atos Não Cooperativos		-	-	-	-	-	(1.146.892,72)	(1.146.892,72)
Saldos em 31/12/2021		160.629.452,3	-	5.962.386,5	23.638.588,96	(256.790,72)	960.779,08	190.934.416,12

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CENTRAL SICOOB UNI DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

1. Contexto Operacional

A **CENTRAL SICOOB UNI DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO** foi fundada em **27 de agosto de 2000** e tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente aquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua aprovação foi realizada pela Administração em 29/01/2022.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais são aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

2.1 Mudanças nas Políticas Contábeis e Divulgação

a) Mudanças em vigor

O Banco Central emitiu a Resolução CMN nº 4.818 de 29 de maio de 2020 e a Resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020, as quais apresentam as premissas para elaboração das demonstrações financeiras obrigatórias e os procedimentos mínimos a serem observados.

As principais alterações em decorrência destes normativos:

i) no Balanço Patrimonial, as contas estão dispostas baseadas na liquidez e na exigibilidade. A abertura de segregação entre circulante e não circulante está sendo divulgada apenas nas respectivas notas explicativas, como já adotado nas demonstrações contábeis de junho de 2021. Adoção de novas nomenclaturas e agrupamentos de itens patrimoniais, tais como: ativos financeiros, provisão para perdas associadas ao risco de crédito, passivos financeiros, ativos e passivos fiscais e provisões;

ii) na Demonstração de Sobras ou Perdas a alteração consiste na apresentação de novas nomenclaturas das provisões para perdas associadas ao risco de crédito e destaque para as despesas de provisões;

iii) os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício anterior;

iv) readequação da estrutura das notas explicativas em função da adoção de novas nomenclaturas e agrupamentos dos itens patrimoniais.

b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

Apresentamos abaixo um resumo sobre as novas normas que foram recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pela Cooperativa:

Resolução CMN nº 4.817, de 29 de maio de 2020. A norma estabelece os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis, pelas instituições financeiras, de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, no Brasil e no exterior, inclusive operações de aquisição de participações, no caso de investidas no exterior, estabelece critérios de variação cambial; avaliação pelo método da equivalência patrimonial; investimentos mantidos para venda; e operações de incorporação, fusão e cisão. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução BCB nº 33, de 29 de outubro de 2020. A norma dispõe sobre os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto mantidos pelas administradoras de consórcio e pelas instituições de pagamento e os procedimentos para a divulgação em notas explicativas de informações relacionadas a esses investimentos pelas instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução CMN nº 4.872, de 27 de novembro de 2020. A norma dispõe sobre os critérios gerais para o registro contábil do patrimônio líquido das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução BCB nº 92, de 6 de maio de 2021. A norma dispõe sobre a estrutura do elenco de contas Cosif a ser observado pelas instituições financeiras e demais instituições a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução CMN nº 4.924, de 24 de junho de 2021. A norma dispõe sobre princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidenciação contábeis pelas instituições financeiras e demais instituições a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Os Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis abrangidos nessa norma são: CPC 00 - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro; CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos; CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro; CPC 46 - Mensuração do Valor Justo; CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021. A norma dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Entram em vigor em 1º de janeiro de 2022: a mensuração dos investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto avaliados pelo método de equivalência patrimonial destinados a venda; o prazo para remeter ao Banco Central do Brasil o plano de contas para implementação desse normativo, além da sua aprovação e divulgação; a divulgação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo o Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) e das demonstrações no padrão contábil internacional. Quanto aos demais dispositivos, entram em vigor em 1º de janeiro de 2025.

A Cooperativa iniciou a avaliação dos impactos da adoção dos novos normativos. Eventuais impactos decorrentes da conclusão da avaliação serão considerados até a data de vigência de cada normativo.

3. Resumo das Principais Práticas Contábeis

a) Apuração do Resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou cooperativas entre si, para cumprimentos de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Estimativas Contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias a contar da data de aquisição.

d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

e) Títulos e Valores Mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço.

f) Operações de Crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

g) Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

h) Depósitos em Garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

i) Investimentos

Representados substancialmente por ações do BANCO SICOOB, avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. O Acordo das Cooperativas Centrais Filiadas ao Sicoob Confederação e dos Acionistas do banco, firmado em 11/02/2020, estabeleceu direito a voto nas reuniões, passando, assim, a configurar influência significativa das centrais na administração do BANCO SICOOB.

j) Imobilizado de Uso

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

k) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

l) Ativos Contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

m) Outros Ativos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas até a data do balanço.

n) Outros Passivos

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

o) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

p) Provisões para Demandas Judiciais e Passivos Contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

q) Obrigações Legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

r) Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro tem incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do art. 193 do mesmo normativo.

s) Segregação em Circulante e Não Circulante

No Balanço Patrimonial, os ativos e passivos são apresentados por ordem de liquidez. Em Notas Explicativas, os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

t) Valor Recuperável de Ativos – *Impairment*

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “*impairment*”, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em **31 de dezembro de 2021** não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

u) Resultados Recorrentes e Não Recorrentes

Conforme definido pela Resolução BCB nº 2/2020, os resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles decorrente de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com tendência de não se repetir no futuro.

v) Eventos Subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em **31 de dezembro de 2021**.

4. Caixa e Equivalente de Caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Depósitos Bancários	146.001,17	231.455,61
Depósitos Interfinanceiros (I)	2.718.641.730,08	4.230.645.837,45
Letras Financeiras (III)	2.416.457.629,77	314.065.817,20
Letras Financeiras - Pós Fixada	315.488.453,97	305.394.052,20
LFT Letras Financeiras do Tesouro	2.053.621.378,07	-
LFT Centralização Recursos Municípios	47.347.797,73	8.671.765,00
Cotas de Fundo (III)	329.394.730,10	176.204.744,82
Banco do Brasil - CP	3.251.539,34	3.570.294,00
Banco Sicoob Centralização FI – Renda Fixa (II)	326.143.190,76	172.634.450,82
TOTAL (1)	5.464.640.091,12	4.721.147.855,08
Depósitos Interfinanceiros Bloqueadas - (2) (V)	(154.592.233,63)	(219.228.035,51)
Caixa e Equivalente de Caixa (1 - 2)	5.310.047.857,49	4.501.919.819,57

(I) Refere-se a aplicações em depósitos interfinanceiros no Banco Sicoob indexados ao CDI com taxas entre 98% a 110%. Os Rendimentos auferidos com depósitos interfinanceiros em 2021 e 2020 foram respectivamente R\$145.135.996,73 e R\$96.929.066,22.

(II) Referem-se a aplicações em Letras Financeiras (LF) cujas contrapartes são instituições financeiras, cujos rendimentos são atrelados à taxa CDI entre 104% e 122%, de alta liquidez, com cláusula de resgate em prazo igual ou inferior a 90 dias.

(III) Letras Financeiras do Tesouro (LFT) são aplicações pós fixadas na Secretaria de Tesouro Nacional, cujos rendimentos são atrelados à taxa SELIC, de altíssima liquidez no mercado secundário.

(IV) Cotas de Fundo de Renda Fixa de alta liquidez, com cláusula de resgate em prazo igual ou inferior a 90 dias.

Tais aplicações (LF, LFT e Cotas de Fundos) apresentam risco insignificante de mudança de valor justo. Os rendimentos auferidos com títulos e valores mobiliários em 2021 e 2020 foram respectivamente R\$97.372.137,71 e R\$11.433.023,09.

(V) Refere-se as aplicações bloqueadas em depósitos interfinanceiros no Banco Sicoob, em garantias de repasses de operações de crédito rural, indexados ao CDI com taxas de 98% a 101%.

5. Operações de Crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Descrição	31/12/2021			31/12/2020		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Empréstimos e Títulos Descontados	98.277.400,99	114.583,27	98.391.984,26	70.604.592,14	795.588,05	71.400.180,19
Total de Operações de Crédito	98.277.400,99	114.583,27	98.391.984,26	70.604.592,14	795.588,05	71.400.180,19
(-) Provisões para Operações de Crédito	(842.774,01)	(1.145,83)	(843.919,84)	(7.864,36)	(13.717,53)	(21.581,89)
TOTAL	97.434.626,98	113.437,44	97.548.064,42	70.596.727,78	781.870,52	71.378.598,30

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Empréstimo / TD	Total em 31/12/2021	Provisões 31/12/2021	Total em 31/12/2020	Provisões 31/12/2020
AA - Normal	70.000.000,00	70.000.000,00	-	70.000.000,00	-
A 0,50% Normal	-	-	-	816.940,48	(4.084,70)
B 1% Normal	391.984,26	391.984,26	(3.919,84)	-	-
C 3% Normal	28.000.000,00	28.000.000,00	(840.000,00)	583.239,71	(17.497,19)
Total Normal	98.391.984,26	98.391.984,26	(843.919,84)	71.400.180,19	(21.581,89)
Total Geral	98.391.984,26	98.391.984,26	(843.919,84)	71.400.180,19	(21.581,89)
Provisões	(843.919,84)	(843.919,84)		(21.581,89)	
Total Líquido	97.548.064,42	97.548.064,42		71.378.598,30	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento (em dias):

Tipo	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Empréstimos e Títulos Descontados	71.150,96	98.206.250,03	114.583,27	98.391.984,26

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos/TD	31/12/2021	% da Carteira
Setor Privado - Serviços	28.000.000,00	28.000.000,00	28,46%
Outros	70.391.984,26	70.391.984,26	71,54%
TOTAL	98.391.984,26	98.391.984,26	100,00%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	21.581,89	383.975,00
Constituições/Reversões no período	(865.501,73)	(362.393,11)
Saldo Final	843.919,84	21.581,89

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2021	% Carteira Total	31/12/2020	% Carteira Total
Maior Devedor	35.000.000,00	35,57%	35.000.000,00	49,02%
10 Maiores Devedores	98.391.984,26	100,00%	71.400.180,19	100,00%
50 Maiores Devedores	98.391.984,26	100,00%	71.400.180,19	100,00%

h) Operações renegociadas:

Em 31/12/2021 e 31/12/2020, a Central não possuía operações renegociadas em sua carteira de crédito.

6. Ativos Fiscais, Correntes e Diferidos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os ativos fiscais, correntes e diferidos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Impostos e Contribuições a Compensar	7.802,83	-	1.509,73	-

7. Outros Ativos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os outros ativos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Adiantamentos e Antecipações Salariais	62.163,27	-	44.907,16	-
Adiantamentos para Pagamentos de Nossa Conta	77.549,43	-	46.987,90	-
Adiantamentos por Conta de Imobilizações	964.020,60	-	399.059,63	-
Pagamentos a Ressarcir	93.962,04	-	150.856,02	-
Devedores Diversos - País	53.443,36	-	126.765,06	-
Despesas Antecipadas	432.190,43	-	234.193,92	-
TOTAL	1.683.329,13	-	1.002.769,69	-

8. Investimentos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os investimentos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Partic. em Inst. Financ. Controlada por Coop. Crédito (I)	21.122.836,16	17.454.835,14
Part. em Cooperativas, Exceto Coop. Central Crédito (II)	5.420.585,59	5.420.585,59
Participação Em Emp. Cont. Por Coop. Central Crédito (III)	8.530.811,25	5.071.815,89
Outros Investimentos	4.675,85	4.675,85
TOTAL	35.078.908,85	27.951.912,47

(I) Ações do Banco Sicoob no montante de R\$21.122.836,16 distribuídas em 5.678.261 ações ordinárias e em 3.772.078 ações preferenciais, avaliadas pelo método de equivalência patrimonial (MEP). Em 2020 quando da alteração do acordo de acionista do Banco Sicoob bem como pela influência exercida pela Central na Administração daquelas Instituições, os investimentos passaram a ser avaliados pelo método de equivalência patrimonial;

(II) São investimentos em quotas do Sicoob Confederação e da Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa (CNAC).

(III) São investimentos em ações ordinárias da Unicred Brasil Central Corretora de Seguros Ltda, subsidiária integral da Central. O patrimônio líquido em 30 de novembro de 2021 é de R\$8.530.811,25 cujo percentual de participação é de 100%, avaliadas pelo método de equivalência patrimonial.

9. Imobilizado de Uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2021	31/12/2020
Imobilizado em Curso		-	304.962,37
Terrenos		5.530.367,93	5.530.367,93
Edificações	4%	14.044.562,33	13.739.599,96
Instalações	10%	308.494,89	248.997,53
Móveis e equipamentos de Uso	10%	1.135.625,95	1.019.236,54
Sistema de Processamento de Dados	20%	1.227.412,79	1.027.849,36
Sistema de Segurança	10%	271.545,77	270.252,17
Sistema de Transporte	20%	217.500,00	217.500,00
Total de Imobilizado de Uso		22.735.509,66	22.358.765,86
(-) Depreciação Acum. Imóveis de Uso - Edificações		(1.962.205,68)	(1.409.573,19)
(-) Depreciação Acumulada de Instalações		(118.128,09)	(94.239,79)
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso		(1.353.758,19)	(1.077.817,77)
(-) Depreciação Acum. Veículos		(90.625,00)	(47.125,00)
Total de Depreciação de Imobilizado de Uso		(3.524.716,96)	(2.628.755,75)
TOTAL		19.210.792,70	19.730.010,11

10. Intangível

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o intangível estava assim composto:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Sistemas de Processamento de Dados	137.470,57	1.043.259,71
Licenças e Direitos Autorais e de Uso	1.012.135,67	38.417,53
Outros Ativos Intangíveis	298.428,25	288.428,25
Total de Intangível	1.448.034,49	1.370.105,49
(-) Amort. Acum. De Ativos Intangíveis	(1.173.504,97)	(1.023.679,34)
Total de Amortização de ativos Intangíveis	(1.173.504,97)	(1.023.679,34)
TOTAL	274.529,52	346.426,15

11. Relações Interfinanceiras – Centralização Financeira - Cooperativas

A centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado.

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Centralização Financeira - Cooperativas	5.381.264.788,03	-	4.663.592.597,07	-

12. Outros Passivos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 os outros passivos financeiros estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	341.264,12	-	106.469,30	-

Os valores acima são decorrentes de provisões para pagamento (fornecedores) decorrentes de aquisição de bens ou serviços que tem a sua exigibilidade de acordo entre as partes envolvidas.

13. Instrumentos Financeiros

O **SICOOB UNI** opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos exercícios findos em **31 de dezembro de 2021 e 2020**, a cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

14. Provisões

Em **31 de dezembro de 2021 e 2020**, o saldo de provisões estava assim composto:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas	-	-	21.395,59	-

Refere-se à provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999. Em **31 de dezembro de 2021 e 2020**, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em

garantias prestadas, referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Coobrigações Prestadas	37.471.763,54	713.186,28

Provisão para demandas Judiciais e passivos contingentes

É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida.

Segundo a assessoria jurídica do **SICOOB UNI**, não existem processos judiciais nos quais a cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível ou provável, portanto não requer a constituição de provisão passiva.

15. Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o saldo de Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas estava assim composto:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros	12.217,02	-	15.779,08	-
Impostos e Contribuições sobre Salários	711.432,62	-	583.424,22	-
Outros	14.011,22	-	77,80	-
TOTAL	737.660,86	-	599.281,10	-

16. Outros Passivos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o saldo de outros passivos estava assim composto:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Sociais e Estatutárias (I)	1.754.507,93	-	588.678,85	-
Provisão para Pagamentos a Efetuar (II)	1.833.515,74	-	1.749.047,96	-
Credores Diversos - País	41.577.365,77	-	9.062.399,58	-
Crédito de Filiadas (Rendimento a ser creditado em 01/2022)	41.444.636,40	-	7.725.193,33	-
Outros Credores Diversos - País	132.729,37	-	98.046,61	-
Outros (Fundo de Marketing e Instituto Sicoob)	-	-	1.239.159,64	-
TOTAL	45.165.389,44	-	11.400.126,39	-

(I) Os passivos sociais e estatutárias estão assim compostos:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Cotas de Capital a Pagar (a)	-	-	36.663,11	-
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (b)	1.754.507,93	-	552.015,74	-
TOTAL	1.754.507,93	-	588.678,85	-

(a) Refere-se ao valor de cota capital a ser devolvida para os associados que solicitaram o desligamento do quadro social;

(b) O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e percentual das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio

da Carta Circular nº 3.224/2006, o FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

No exercício de 2021, a reversão dos dispêndios de FATES e Fundos Voluntários passou a ocorrer apenas no encerramento anual, após as destinações legais e estatutárias, de acordo com a Interpretação Técnica Geral (ITG) 2004 – Entidade Cooperativa e a revogação do texto original da NBC T 10.8.2.8.

(II) Refere-se a provisão de férias e respectivos encargos sociais e outros valores a pagar relativos a despesas administrativas da cooperativa.

17. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Capital Social	160.629.452,30	140.255.740,39
Quantidade de Associados	21	20

b) Fundo de Reserva

Representada pelas destinações das sobras definidas em Estatuto Social, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades.

c) Reserva Especial - Fundo Assemblear de Reserva Especial

Conforme determinado no artigo 35 do Estatuto Social, o Fundo de Reserva Especial será constituído pela destinação de 55% das sobras do exercício. Este Fundo tem regulamentação própria aprovada pelo Conselho de Administração, que fixa o modo de aplicação e liquidação. O Fundo é destinado a promover:

- I- O melhoramento, aprimoramento, racionalização, padronização, implementação e manutenção de controles próprios das atividades e serviços que atendam os objetivos da central e suas filiadas no contingenciamento e monitoramento da liquidez.
- II- A racionalização mediante incorporação ou fusão de singulares ou entre filiadas e outras não filiadas
- III- O contingenciamento decorrente de migração de sistemas - tecnológico ou não, gastos de organização e expansão da central e singulares filiadas.

d) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em **24/04/2021**, foi deliberado que as sobras do exercício findo em **31 de dezembro de 2020**, no valor de **R\$1.430.901,46** fossem destinadas integralmente para o Fundo de Reserva.

e) Destinações Estatutárias e Legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
1. Sobra líquida, base de cálculo das destinações	6.180.775,04	4.769.671,54
2. Destinações Legais e Estatutárias	(5.473.435,25)	(3.338.770,08)
(-) Reserva legal - 10%	(618.077,50)	(476.967,15)
(-) Fundo de assistência técnica, educacional e social - 5%	(309.038,75)	(238.483,58)
(-) Fundo de Reserva Especial (55%)	(3.399.426,27)	(2.623.319,35)
(-) Transf. P/ FATES (Resultado com Atos Não Cooperativos) conf. Art.87 da lei 5764/71	(1.146.892,72)	-
3. Sobras após destinações Legais (1 + 2)	707.339,79	1.430.901,46
4. Reversões	253.439,28	-
4.1 Legais/Estatutárias		
Utilização do FATES (Treinamento, Eventos)	253.439,28	-
5. Sobras à disposição da Assembleia Geral (AGO)	960.779,07	1.430.901,46

f) Outros Resultados Abrangentes

Outros resultados abrangentes referem-se a receitas e despesas reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, conforme regulamentação em vigor.

No primeiro semestre de 2021, a SICOOB UNI realizou a avaliação e ajuste de investimentos em participações no BANCO SICOOB pelo método de equivalência patrimonial, e registrou como outros resultados abrangentes as alterações decorrentes de valores reconhecidos diretamente no patrimônio líquido dessa entidade, sem efeitos sobre o resultado.

18. Pagamento de Juros ao Capital Próprio

A Cooperativa pagou juros ao capital próprio com o objetivo de remunerar o capital do associado em percentual de 100% da taxa referencial Selic para o exercício de 2021, no montante de R\$6.595.601,64. Os critérios para a remuneração obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração é limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - Selic e seu registro foi realizado conforme Resolução CMN nº 4.706/2018.

19. Receitas de Operações de Crédito

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Rendas de Empréstimos	1.475.459,33	2.108.250,62	1.394.888,03

20. Dispêndios e Despesas da Intermediação Financeira

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Dispêndios de Depósitos Intercooperativos	(174.870.882,58)	(243.920.668,59)	(108.320.237,96)
Reversões de Provisões para Operações de Crédito	1.364,26	17.662,05	377.053,02
Provisões para Operações de Crédito	(840.000,00)	(840.000,00)	(14.659,53)
TOTAL	(175.709.518,32)	(244.743.006,54)	(107.957.844,47)

21. Dispêndios e Despesas de Pessoal

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(1.522.211,74)	(2.725.475,23)	(2.257.196,76)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(1.552.019,76)	(2.840.247,73)	(2.460.898,25)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(1.845.567,57)	(3.324.433,16)	(2.992.831,87)
Despesas de Pessoal - Proventos	(4.537.199,78)	(8.716.173,75)	(7.431.323,13)
Despesas de Pessoal - Treinamento	-	(2.152,00)	(6.784,00)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(8.583,65)	(16.574,83)	(23.839,18)
TOTAL	(9.465.582,50)	(17.625.056,70)	(15.172.873,19)

22. Outros Dispêndios e Despesas Administrativas

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Despesas de Água, Energia e Gás	(76.785,79)	(144.042,71)	(127.838,48)
Despesas de Aluguéis	(14.730,00)	(28.636,84)	(58.836,67)
Despesas de Comunicações	(54.478,12)	(105.345,94)	(99.996,42)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(125.672,48)	(229.162,44)	(155.244,03)
Despesas de Material	(27.927,77)	(39.756,62)	(66.113,92)
Despesas de Processamento de Dados	(290.858,00)	(507.776,79)	(436.823,13)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(2.432.608,53)	(2.501.389,67)	(79.408,38)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(125.612,49)	(173.433,77)	(43.922,60)
Despesas de Publicações	(1.180,00)	(1.705,00)	(8.788,00)
Despesas de Seguros	(28.717,83)	(35.114,56)	(18.756,34)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(8.564,22)	(15.454,33)	(68.618,02)
Despesas de Serviços de Terceiros	(33.329,58)	(72.293,85)	(63.102,15)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(34.874,48)	(69.191,94)	(85.314,82)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(149.145,02)	(328.421,78)	(344.740,50)
Despesas de Transporte	(18.049,66)	(27.791,52)	(18.136,80)
Despesas de Viagem no País	(21.879,05)	(25.155,46)	(41.283,09)
Despesas de Amortização	(62.903,76)	(93.535,47)	(74.076,98)
Despesas de Depreciação	(466.660,64)	(952.251,37)	(838.010,17)
Outras Despesas Administrativas	(308.387,82)	(596.566,31)	(1.382.008,49)
TOTAL	(4.282.365,24)	(5.947.026,37)	(4.011.018,99)

23. Outros Ingressos e Receitas Operacionais

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Recuperação de Encargos e Despesas	122.799,84	136.435,74	36.926,96
Outras - Reversão de Provisões Operacionais	-	-	211.084,93
Dividendos	-	-	1.026.641,60
Atualização Depósitos Judiciais	-	-	13.221,40
Rateio de Despesas da Central entre Filiadas	11.393.803,88	22.787.607,85	18.829.934,94
Outras Rendas Operacionais	2.119.880,55	2.341.251,97	186.129,74
TOTAL	13.636.484,27	25.265.295,56	20.303.939,57

24. Outros Dispêndios e Despesas Operacionais

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Outras Despesas Operacionais	(2.471,34)	(4.134,62)	(20.177,96)
Contrib. ao Fundo de Ressarc. de Fraudes Externas	-	(0,04)	-
Contrib. ao Fundo de Ressarc. de Perdas Operacionais	-	-	(0,04)
Perdas - Falhas de Gerenciamento	(681,05)	(1.650,11)	(6.755,31)
Dispêndios de Assistência Técnica, Educacional e Social	(197.865,39)	(253.439,28)	-
TOTAL	(201.017,78)	(259.224,05)	(26.933,31)

25. Despesas com Provisões

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Provisões para Garantias Prestadas	-	-	(17.829,66)
Reversões de Provisões para Garantias Prestadas	-	21.395,59	3.565,93
TOTAL	-	21.395,59	(14.263,73)

26. Outras Receitas e Despesas

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Ganhos de Capital	5.463,94	5.463,94	4.355,75
Ganhos de Aluguéis	276.802,44	554.455,84	519.490,53
(-) Perdas de Capital	(35.013,61)	(35.013,61)	(6.236,56)
TOTAL	247.252,77	524.906,17	517.609,72

27. Resultado Não Recorrente

Com base na aplicação da premissa contábil adotada, conforme definição da Resolução BCB n.º 2/2020, e nos critérios internos complementares a este normativo, não houve registros referentes a resultado não recorrente no exercício de 2021.

28. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas jurídicas filiadas à está Central, e à Confederação, as quais influenciam mensalmente para o resultado desta Instituição.

As operações com tais partes relacionadas caracterizam-se basicamente por:

a) Singulares

Transação	Ativo/(Passivo e PL)	
	31/12/2021	31/12/2020
Valores a receber / a pagar		
Operações de Crédito	98.391.984,26	71.400.180,19
Rateio/Alocação Filiadas	93.962,04	126.065,00
Centralização Financeira	(5.381.264.788,03)	(4.663.592.597,07)
Remuneração da Centralização Financeira	(41.444.636,40)	(7.725.193,33)
Patrimônio Líquido		
Capital Social	(160.629.452,30)	(140.255.740,39)
Transação	Receitas/(Despesas)	
	31/12/2021	31/12/2020
Operações de Crédito	2.108.250,62	1.394.888,03
Rateio/Alocação Filiadas	22.787.607,85	18.829.934,94
Centralização Financeira	(243.920.668,59)	(108.320.237,96)

b) Remuneração paga a administradores

As transações com partes relacionadas referem-se à remuneração recebida pelo pessoal-chave da administração, ou seja, as pessoas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa Central, inclusive diretores. Compõem os valores dessa remuneração todos os benefícios concedidos pelo SICOOB UNI do pessoal-chave da administração, em troca dos serviços que lhe são prestados:

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
INSS Diretoria/Conselheiros	(301.210,77)	(541.863,47)	(451.439,13)
Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(1.522.211,74)	(2.725.475,23)	(2.257.196,76)
F.G.T.S. Diretoria	(110.682,78)	(199.998,60)	(166.685,40)

Ainda conforme decidido na Assembleia Geral, a cédula de presença por reunião do Conselho de Administração e Fiscal, será custeada diretamente pela cooperativa singular representada, com valor correspondente àquele pago pela própria singular a seus conselheiros.

29. Gerenciamento de Risco

A estrutura de gerenciamento de riscos do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS), com base nas políticas, estratégias, nos processos e limites, busca identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos inerentes às suas atividades.

A Política Institucional de Gestão Integrada de Riscos e Política Institucional de Gerenciamento de Capital, bem como as diretrizes de gerenciamento de riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do CCS.

O gerenciamento integrado de riscos abrange, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, variação das taxas de juros, liquidez, operacional, socioambiental e gestão de continuidade de negócios e assegura, de forma contínua e integrada, que os riscos sejam administrados de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS).

O processo de gerenciamento de riscos é segregado e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade, existindo adequada disseminação de informações e da cultura de gerenciamento de riscos no Sicoob.

São adotados procedimentos para o reporte tempestivo aos órgãos de governança, de informações em situação de normalidade e de exceção em relação às políticas de riscos, e programas de testes de estresse para avaliação de situações críticas, que consideram a adoção de medidas de contingência.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob, e não desonera as responsabilidades das cooperativas.

29.1 Risco operacional

As diretrizes para gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco Operacional, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento de risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à área Risco Operacional e GCN – Gestão de Continuidade de Negócio, que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração do CCS.

A metodologia de alocação de capital utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico.

29.2 Risco de Crédito

As diretrizes para gerenciamento do risco de crédito encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Crédito, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O CCS é responsável pelo gerenciamento do risco de crédito do Sicoob, atuando na padronização de processos, metodologias de análise de risco de contrapartes e operações e monitoramento dos ativos que envolvem o risco de crédito.

Para mitigar o risco de crédito, o CCS dispõe de modelos de análise e de classificação de riscos com base em dados quantitativos e qualitativos, a fim de subsidiar o processo de cálculo do risco e de limites de crédito da contraparte, visando manter a boa qualidade da carteira. O CCS realiza testes periódicos de seus modelos garantindo a aderência à condição econômico-financeira da contraparte. Realiza, ainda, o monitoramento da inadimplência da carteira e o acompanhamento das classificações das operações de acordo com a Resolução CMN 2.682/1999.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito prevê:

- a) fixação de políticas e estratégias incluindo limites de riscos;
- b) validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;
- c) estimação (critérios consistentes e prudentes) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas;
- d) acompanhamento específico das operações com partes relacionadas;

- e) procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito;
- f) identificação e tratamento de ativos problemáticos;
- g) sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito;
- h) monitoramento e reporte dos limites de apetite por riscos;
- i) informações gerenciais periódicas para os órgãos de governança;
- j) área responsável pelo cálculo do nível de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;
- k) modelos para avaliação do risco de crédito de contraparte, de acordo com a operação e com o público envolvido, que levam em conta características específicas dos entes, bem como questões setoriais e macroeconômicas;
- l) aplicação de testes de estresse identificando e avaliando potenciais vulnerabilidades da Instituição;
- m) limites de crédito para cada contraparte e limites globais por carteira ou por linha de crédito;
- n) avaliação específica de risco em novos produtos e serviços.

As normas internas de gerenciamento do risco de crédito incluem a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação de risco de tomadores e de operações, os limites globais e individuais, a utilização de sistemas computacionais e o acompanhamento sistematizado contemplando a validação de modelos e conformidade dos processos.

29.3 Risco de Mercado e Variação das Taxas de Juros

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação de valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, e inclui os riscos da variação das taxas de juros, dos preços das ações, da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities).

O Sicoob dispõe de área especializada para gerenciamento do risco de mercado e de variação das taxas de juros (IRRBB), com objetivo de assegurar que o risco das entidades do Sicoob seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e manuais institucionais.

As diretrizes para gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Mercado, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros do Sicoob é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Os instrumentos de gerenciamento do risco de mercado e do IRRBB utilizados são:

a) acompanhamento, por meio da apreciação de relatórios periódicos remetidos aos órgãos de governança, comitês e a alta administração, que evidenciem, no mínimo:

a.1) abordagem do valor em risco (VaR): avaliação da perda máxima estimada da carteira para um determinado horizonte de tempo, em condições normais de mercado, dado intervalo de confiança.

a.2) abordagens de valor econômico (EVE): avaliações do impacto de alterações nas taxas de juros sobre o valor presente dos fluxos de caixa dos instrumentos classificados na carteira bancária da instituição;

a.3) abordagens de resultado de intermediação financeira (NII): avaliações do impacto de alterações nas taxas de juros sobre o resultado de intermediação financeira da carteira bancária da instituição;

a.4) limites máximos do risco de mercado e do IRRBB;

a.5) aplicação de cenários de estresse;

a.6) definição de planos de contingência.

b) elaboração de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de mercado.

Para as parcelas de risco de mercado da carteira de negociação RWAjur1, RWAjur2, RWAjur3, RWAjur4, RWAcam, RWacom e RWAacs são utilizadas metodologias padronizadas, de acordo com os normativos do Banco Central do Brasil.

São realizados testes de estresse, com o objetivo de inferir a possibilidade de perdas resultantes de oscilações bruscas nos preços dos ativos, possibilitando a adoção de medidas preventivas.

O sistema de mensuração, monitoramento e controle dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros adotado pelo Sicoob baseia-se na aplicação de ferramentas amplamente difundidas, fundamentadas nas melhores práticas de gerenciamento de risco, abrangendo a totalidade das posições das entidades do Sicoob.

29.4 Risco de Liquidez

O risco de liquidez é a possibilidade da entidade não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, e/ou a possibilidade da entidade não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu valor elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O Sicoob dispõe de área especializada para gerenciamento do risco liquidez, com objetivo de assegurar que o risco das entidades seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e manuais institucionais.

As diretrizes para gerenciamento do risco de liquidez encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento da Centralização Financeira e Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Liquidez, aprovadas pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

O gerenciamento do risco de liquidez das entidades do Sicoob atende aos aspectos e padrões previstos nos normativos emitidos pelos órgãos reguladores, aprimorados e alinhados permanentemente as boas práticas de gestão.

Os instrumentos de gerenciamento do risco de liquidez utilizados são:

a) acompanhamento, por meio da apreciação de relatórios periódicos remetidos aos órgãos de governança, comitês e alta administração que evidenciem, no mínimo:

limite mínimo de liquidez;

fluxo de caixa projetado;

aplicação de cenários de estresse;

definição de planos de contingência.

b) elaboração de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de liquidez;

c) existência de plano de contingência contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar perdas decorrentes do risco de liquidez.

São realizados testes de estresse em diversos cenários, com o objetivo de identificar eventuais deficiências e situações atípicas que possam comprometer a liquidez das entidades do Sicoob.

29.5 Risco Socioambiental

As diretrizes para gerenciamento do risco socioambiental encontram-se registradas na Política Institucional de Responsabilidade Socioambiental (PRSA), aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento do risco socioambiental consiste na avaliação dos potenciais impactos socioambientais negativos, inclusive em relação ao risco de reputação, para a elegibilidade das operações:

a) setores de atuação de maior exposição ao risco socioambiental;

b) linhas de empréstimos e financiamentos de maior exposição ao risco socioambiental;

c) valor de saldo devedor em operações de crédito de maior exposição ao risco socioambiental.

As propostas de contrapartes autuadas por crime ambiental são analisadas por alçada específica.

O Sicoob não realiza operações com contrapartes que constem no cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo ou infantil.

29.6 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital das cooperativas é um processo contínuo e com postura prospectiva, que tem por objetivo avaliar a necessidade de capital de suas instituições, considerando os objetivos estratégicos do Sicoob para o horizonte mínimo de três anos.

As diretrizes para o monitoramento e controle contínuo do capital estão contidas na Política Institucional de Gerenciamento de Capital do Sicoob, à qual todas as instituições aderiram formalmente.

O processo do gerenciamento de capital é composto por um conjunto de metodologias que permitem às instituições identificar, avaliar e controlar as exposições relevantes, de forma a manter o capital compatível com os riscos incorridos. Dispõe, ainda, de um plano de capital específico, prevendo metas e projeções de capital que consideram os objetivos estratégicos, as principais fontes de capital e o plano de contingência, e adicionalmente, são realizadas simulações de eventos severos e condições extremas de mercado, cujos resultados e impactos na estrutura de capital são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração.

29.7 Gestão de Continuidade de Negócios

As diretrizes para a gestão de continuidade de negócios encontram-se registradas na Política Institucional de Gestão de Continuidade de Negócios, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gestão de continuidade de negócios se desenvolve com base nas seguintes atividades:

- a) identificação da possibilidade de paralisação das atividades;
- b) avaliação dos impactos potenciais (resultados e consequências) que possam atingir a entidade, provenientes da paralisação das atividades;
- c) definição de estratégia de recuperação para a possibilidade da ocorrência de incidentes;
- d) continuidade planejada das operações (ativos, inclusive pessoas, sistemas e processos), considerando procedimentos para antes, durante e após a interrupção;
- e) transição entre a contingência e o retorno à normalidade (saída do incidente).

O CCS realiza a Análise de Impacto (AIN) para identificação dos processos críticos sistêmicos, com o objetivo de definir estratégias para a continuidade desses processos e, assim resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e imagem.

São elaborados, anualmente, os Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: plano de continuidade operacional (PCO) e Plano de recuperação de desastre (PRD).

Anualmente são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a sua efetividade.

30. Seguros Contratados – Não Auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

31. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Patrimônio de referência (PR)	188.603.039,10	164.587.229,38
Índice de Basileia (mínimo 11%) %	20,24%	14,29%
Índice de imobilização (limite 50%) %	14,87%	15,25%

GOIÂNIA-GO, 31 de dezembro de 2021.

Arnaldo de Sousa Teixeira Júnior
Diretor Operacional

Bruno de Oliveira Borges
Contador CRC GO 25.074/O-1

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, à Administração e às Associadas da
Central Sicoob Uni de Cooperativas de Crédito – Sicoob Uni
Goiânia/GO

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **Central Sicoob Uni de Cooperativas de Crédito – Sicoob Uni**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **Sicoob Uni** em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração, cuja expectativa de recebimento é posterior à data deste relatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração quando ele nos for disponibilizado e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas

evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



Brasília/DF, 29 de março de 2022.

Diego Rabelo Silva Toledo
Contador CRC/DF 019481/O-4
CNAI 2090